

EM PORTUGAL OS POLÍCIAS SÃO PERSEGUIDOS

IMPEDIDOS DE PROGREDIR NA CARREIRA DEVIDO A
PROCESSOS DISCIPLINARES. CENTENAS SÃO SUSPENSOS
POR FAZEREM O SEU TRABALHO



PAÍS

AGRESSOR FOGE PORQUE PATRULHA MAIS PRÓXIMA ESTAVA A 30KM DE DISTÂNCIA

Em Vila Real só havia dois polícias de serviço para acorrer a tiroteio e foi preciso chamar agentes que estavam de folga. Em Almada, a falta de elementos da GNR obrigou patrulha a deslocar-se 30km para uma ocorrência de violência doméstica.

OPINIÃO

AGENTE DA PSP

INCÓGNITO

Declarações recentes do Ministro da Administração Interna, José Luís Carneiro, garantem que Portugal tem, por cada cem mil habitantes, quatro vezes mais Polícias do que, por exemplo, a Finlândia. A análise fria de números e estatísticas esbarra quase sempre com a realidade experienciada nas cidades, nas ruas de Portugal, onde a presença policial é escassa.



PAÍS

DOENTE ONCOLÓGICA DEIXADA À FOME TRÊS DIAS EM HOSPITAL EM LISBOA

Paciente oncológica de 80 anos esteve três dias deitada numa maca no corredor das urgências do Hospital Santa Maria, em Lisboa, em observação. Filho da paciente garante que a mãe esteve três dias sem que lhe fosse dada qualquer alimentação.

EM PORTUGAL OS POLÍCIAS SÃO PERSEGUIDOS



Polícias não são valorizados no exercício das suas funções

São várias os relatos que dão conta, todos os dias, de polícias agredidos no exercício das suas funções e pouco valorizados na sua profissão. O risco associado à profissão de militares da GNR e agentes da PSP são conhecidos, sendo prova disso as notícias de constantes agressões a estes agentes de segurança pública. Os números do Relatório de Segurança Interna (RSI) de 2020 relativamente aos atos de violência para com agentes e militares são eloquentes, dando conta de três óbitos, sete feridos com necessidade de internamento e 846 feridos ligeiros. Em 2021, o RSI indica que, apesar de o número de óbitos ter caído para um, aumentaram para 18 os feridos com necessidade de internamento e também se registou um aumento de feridos ligeiros para 1024. Os números que dizem respeito aos agentes que terminaram com a própria vida nas últimas duas décadas são também impressionantes - 160 miliares e agentes, entre GNR e PSP. Refira-se ainda que a taxa de incidência de suicídios nas forças de segurança varia entre o dobro e o triplo face à população geral. Estes números trágicos dizem muito quanto à falta de valorização profissional e as dificuldades que estas forças policiais vivem no desempenho das suas funções, pelo risco que correm todos os dias na defesa das populações, dando muitas vezes a própria vida.

Polícias suspensos por fazerem o seu trabalho levam 'travão' na progressão da carreira

Uma das muitas queixas feitas pelos agentes da PSP é a de que são alvo de processos disciplinares que acabam em suspensões por fazerem aquilo que lhes é ensinado. Isto é, centenas de polícias são suspensos por, a título de exemplo, algemarem cidadãos que representam um perigo para os cidadãos, mas acabam sempre por ser investigados e, na maioria das vezes, a própria instituição PSP acaba por dar razão aos meliantes. Desta forma, os polícias acabam por ser impedidos de progredir na carreira devido aos processos disciplinares de que são alvo quando, na verdade, estes profissionais apenas se limitaram a fazer o seu trabalho.

Sindicatos dizem que medidas do Governo são insuficientes

Depois de ter sido anunciado mais um fecho de uma esquadra no Porto, o Governo dava conta de que ia colocar unidades móveis PSP em vários locais do país para fazer face a estes encerramentos, mas estas, segundo os sindicatos, não respondem às necessidades existentes quanto ao número de efetivos policiais. Esta é, segundo os representantes dos polícias, uma solução antiga, que não responde aos problemas estruturais de falta de recursos humanos. As mesmas fontes garantem ainda que existem esquadras com apenas um elemento, como é o caso dos Açores. Também esta semana a PSP saiu à rua para protestar, desta feita junto dos aeroportos. Os motivos deste protesto prenderam-se com a tabela remuneratória da PSP, que na sua ótica é pouco atrativa, com a falta de efetivo policial e com a má gestão do mesmo, com o desrespeito pelo estatuto e condição policial. No entender dos polícias, só com novos índices remuneratórios se pode dar resposta à baixa atratividade da profissão.



SP vai retirar alojamento a mais de 150 polícias em Lisboa

A PSP pretende disponibilizar 500 alojamentos para os novos polícias que vão sair da Escola Prática em outubro. No entanto, para conseguir esses lugares para os polícias recém-formados vai "despejar" cerca de 150 agentes que já ocupam esses lugares.

No entender do Sindicato de Polícia pela Ordem e Liberdade, "esta solução não nos parece digna e é completamente desajustada da realidade, uma vez que as referidas camaratas, por não terem condições adequadas para alojar os Polícias nos últimos anos, não têm alojado muitos novos Polícias."

O sindicato acrescenta ainda que "a percentagem de novos polícias que aceitam ser alojados naquelas condições é muito reduzida" e que "esta solução afetará drasticamente a situação económica e familiar dos polícias que serão despejados das camaratas e não resolverá o problema do alojamento dos novos polícias".

CHEGA apresenta iniciativas em defesa das Forças de Segurança

O partido CHEGA apresentou várias iniciativas no sentido de valorizar as Forças de Segurança, entre as quais um projeto de lei que propõe o aumento para 300 Euros do componente fixo do suplemento por serviço e risco dos militares da Guarda Nacional Republicana e dos agentes da Polícia de Segurança Pública.

Ainda entrada de outro projeto de lei, visando criminalizar o incitamento ao ódio contra os membros dos órgãos de polícia criminal e órgãos judiciais, para que possam exercer as suas funções em segurança e, ao mesmo tempo, se sintam valorizados e respeitados no desempenho das suas funções, que são de interesse público.

O partido apresentou ainda a aplicação retroativa da minuição do fator de sustentabilidade às pensões de agentes, de forma a corrigir essa injustiça e abrangendo os elementos com funções policiais da PSP que reformaram entre março de 2014 e dezembro de 2015.

AGRESSOR FOGE PORQUE PATRULHA MAIS PRÓXIMA ESTAVA A 30 KM TIROTEIO OBRIGA A CHAMAR PSP DE FOLGA

A falta de efetivos nas forças de segurança continua a colocar em risco a segurança dos cidadãos e dos próprios elementos policiais. Só esta semana foram noticiados dois casos que expõem os problemas com que as forças de segurança se têm de confrontar no exercício das suas funções. No início da semana, na Margem Sul, a patrulha de Sesimbra teve de se deslocar a uma ocorrência de violência doméstica, com roubo, que havia tido lugar no Monte da Caparica, em Almada. Entre Sesimbra e Almada são cerca de 30 quilómetros de distância, o que fez com que o agressor já se tivesse colocado em fuga aquando da chegada da patrulha da GNR. De acordo com o Correio da Manhã, a vítima foi espancada e roubada pelo homem e, apesar de ter sido alertada a patrulha da Trafaria (Almada), foi necessário pedir o auxílio da pa-

trulha de Sesimbra, pois a primeira era a única de serviço e estava a prestar apoio num atropelamento. No mesmo dia, mas em Vila Real, teve lugar um tiroteio entre elementos da comunidade cigana que causou três feridos, incluindo uma mulher grávida que, entretanto, foi detida por tráfico de droga. Em serviço estavam apenas dois patrulheiros e um graduado, o que obrigou a PSP a pedir o auxílio de agentes que se encontravam de folga e que tiveram de se apresentar ao serviço à pressa para poderem tomar conta da ocorrência que teve lugar na via pública. A falta de efetivos é um reflexo das políticas dos últimos governos de António Costa que, para garantir o apoio da extrema-esquerda nas duas primeiras legislaturas, deixou de investir nas forças de segurança, deixando os polícias e militares da GNR em situações de risco por falta de efetivos que garantam a segurança dos cidadãos e dos próprios elementos das patrulhas.

OPINIÃO

ENCERRAMENTO DE ESQUADRAS DA PSP: A FALÁCIA DAS ESTATÍSTICAS

Declarações recentes do Ministro da Administração Interna, José Luís Carneiro, garantem que Portugal tem, por cada cem mil habitantes, quatro vezes mais Polícias do que, por exemplo, a Finlândia.

A análise fria de números e estatísticas esbarra quase sempre com a realidade experienciada nas cidades, nas ruas de Portugal, onde a presença policial é escassa.

Se temos assim tantos Polícias, qual o motivo para raramente os encontrarmos em locais de necessária visibilidade e presença dissuasora?

Há evidentes fragilidades no suporte da verdade por parte do Senhor Ministro da Administração Interna, senão vejamos. No mesmo ato de comunicação em que alega o excedente policial em comparação com outros países europeus, o senhor Ministro aproveita para lançar novo concurso de admissão, desta vez para mais mil agentes da PSP. No mínimo estranho, para um Portugal a transbordar de Polícias.

À Folha Nacional importa a perspetiva pragmática da questão, fornecendo aos nossos leitores factos. A análise contorcionista de números, com frequência engana os maios incautos.

A Polícia de Segurança Pública é uma instituição secular, que apesar do seu carácter estritamente civil, herdou e ainda sustenta, vícios de gestão de recursos humanos que não se coadunam com a atualidade.

Alguém poderia explicar ao Senhor Ministro da Administração Interna, problemas dos quais ele tem pleno o conhecimento, mas não a coragem de os enfrentar.

Formar Agentes da Polícia de Segurança Pública, em Torres Novas, em longos meses de especialização nas áreas da Investigação Criminal, Serviço Policial Urbano, Direitos Liberdades e Garantias, Ordem Pública, Atendimento, Desporto, Tiro e tantas outras matérias...para depois esse mesmo recém empossado Órgão de Polícia Criminal ir desempenhar funções em nada relacionadas com a sua formação policial, mas que o método de gestão de recursos humanos em vigor na PSP, permite e fomenta.

Oficinas de automóveis, arquivos, burocracias, serviços postais de notificações, inquéritos delegados pelo Ministério Público em todas as áreas criminais, motoristas ou segurança a instalações, fazem sorver recursos humanos que em momento algum deveriam ser alocados para tais funções.

A Finlândia forma Polícias para serem Polícias. Portugal forma Polícias para que alguns sejam Polícias, mas muitos outros sejam mão-de-obra barata para sustentar uma gestão desfasada da realidade.

Há portanto dois pontos fundamentais na análise da escassez de Polícias, que se torna visível quando os media tornam público encerramento de esquadras, ou a deslocação de meios para acorrer a ocorrências em lugares distantes.

Em primeiro lugar a especialização da formação policial e sua concretização no espírito para que foi criada. A Segurança Pública. Não se deve incluir na definição "Segurança Pública" os serviços de manutenção técnica a instalações e veículos. Por fim, sem nunca perder noção das promessas socialistas da "mobilidade interna da Função Pública", em que os funcionários excedentários de outros ministérios seriam colocados nas tais funções que não obrigam uma formação policial concreta...essa mobilidade nunca existiu e esses funcionários não substituíram nenhuns Polícias.

Podemos englobar a falta de coragem desse esforço de mobilidade, na falta de coragem política para adotar outras medidas estruturais na gestão dos meios humanos e materiais atribuídos à nobre missão de garantir a Segurança Pública.

Pode o Senhor Ministro usar números e estatísticas a seu bel-prazer para justificar o injustificável, mas enquanto formar Polícias para depois se tornarem motoristas, eletricitistas, mecânicos ou carteiros, nunca os Polícias vão ser suficientes nas Esquadras em Portugal, mas seremos sempre muitos mais do que os Polícias existentes na Finlândia.

AGENTE DA PSP
INCÓGNITO

POLÍCIA

VENTURA PEDE A MARCELO 'TRAVÃO' A SANTOS SILVA



O líder do CHEGA considerou, esta sexta-feira, que o ambiente "está muito tenso" no Parlamento, pedindo a intervenção do Presidente da República. Sobre os abusos sexuais na Igreja, Ventura classificou-os como um "cancro" a ser combatido.

Em declarações aos jornalistas no final de uma audiência com o Presidente da República no Palácio de Belém, em Lisboa, André Ventura disse que transmitiu a Marcelo Rebelo de Sousa que "não acautelar, ao não exercer nenhuma influência sobre o presidente da Assembleia da República, a possibilidade de um escalar de conflito verbal e político é real". Apontando que "o ambiente está muito tenso", o líder do terceiro maior partido português salientou que "ninguém quer ver no parlamento situações de deputados desentendidos uns com os outros no hemiciclo". "Tudo acontece porque o ambiente

dentro do hemiciclo, que era onde se deviam dispersas as energias políticas, é abafado e limitado por um presidente da Assembleia da República", alegou. Na ótica do CHEGA, "a única figura que pode chamar a atenção de Augusto Santos Silva é Marcelo Rebelo de Sousa" e cabe ao chefe de Estado "garantir que o ambiente serena", tendo pedido a sua intervenção. A reunião, que durou cerca de 45 minutos e na qual André Ventura esteve acompanhado pela liderança do grupo parlamentar, foi pedida pelo CHEGA para abordar com o chefe de Estado a forma como o Santos Silva conduz os trabalhos parlamentares.

O presidente do CHEGA afirmou também ter ficado com "a sensação" de que o Presidente da República "foi receptivo aos argumentos" que ouviu, "independentemente das ações que venha a tomar", e que "foi sensível à situação de maioria absoluta e de possível mordada sobre a democracia que o país enfrenta" e também "aos argumentos de cerceamento constante da liberdade". Questionado sobre os abusos sexuais na Igreja, André Ventura classificou-os como um "cancro" que tem de ser combatido, voltando a defender a castração química para pedófilos, para todos, sejam eles religiosos ou não".

"MONTENEGRO NÃO SERÁ MUITO DIFERENTE DE RUI RIO", DIZ VENTURA

O líder do CHEGA, André Ventura, aponta "o conluio que parece haver" e "alguma promiscuidade" entre PS e PSD, considerando que o líder social-democrata, Luís Montenegro, "não vai afinal ser muito diferente" do seu antecessor, Rui Rio.

"Vimos este conluio que há na questão do aeroporto entre António Costa e Luís Montenegro", afirmou o líder do CHEGA, no Corvo, a mais pequena ilha dos Açores, que visitou esta semana para contactos com a população. O primeiro-ministro e o presidente do PSD estiveram reunidos a sós, em São Bento, durante três horas e meia, no primeiro encontro entre ambos que Costa caracterizou como "uma conversa bastante agradável". Em declarações aos jornalistas, nos Açores, Ventura disse ser preocupante o que se passa entre Costa e Montenegro quanto "ao aeroporto, em relação às negociações sobre o regimento da AR e uma série de diplomas do Governo". "Vimos o conluio entre o PS e PSD na organização dos trabalhos regimentais da AR e em matéria dos grandes investimentos como o PRR, e isso é preocupante", vincou André Ventura. O líder do CHEGA sustentou que "hoje os portugueses já não podem contar com o PSD como principal partido da oposição" e que "parece que Montenegro não vai ser muito diferente do que foi Rui Rio", antigo presidente do PSD. "O CHEGA está cá para fazer oposição", garantiu André Ventura na visita ao grupo ocidental (Flores e Corvo) dos Açores, acompanhado pelo líder e deputado do CHEGA/Açores, José Pacheco e o deputado Diogo Pacheco de Amorim.

CHEGA VAI LANÇAR PROPOSTA PARA UMA VERDADEIRA INTEGRAÇÃO DOS IMIGRANTES EM PORTUGAL



André Ventura anunciou, segunda-feira, que vai propor na Assembleia da República uma lei de "integração de imigrantes" que "favoreça" quem "vem para trabalhar" e "proíba" a entrada a quem procura subsídios. Em declarações à agência Lusa, Ventura avançou que o CHEGA pretende "clarificar" a sua posição relativamente à imigração. "Vamos propor no Parlamento uma lei de integração da imigração, que,

por um lado, favoreça o acolhimento de imigrantes que vêm para trabalhar e para se integrar, para que se tornem mais rapidamente parte da comunidade", revelou. "Por outro lado", prosseguiu, o projeto visa "proibir" e "aumentar a fiscalização" dos imigrantes que não tenham "qualquer capacidade de integração". "[Queremos] proibir, também, a entrada daqueles que vêm ou com objetivo de recolher subsídios ou de transfor-

mar ou submeter-nos culturalmente como é o caso de algum fundamentalismo islâmico", acrescentou. Questionado sobre os critérios previstos na proposta, o líder nacional do CHEGA disse tratar-se de uma "ferramenta alargada" e "complexa juridicamente", que vai obrigar os interessados a apresentar "objetivos definidos" para entrarem no país. "Vamos criar condições para que quem venha apresente o seu contrato de trabalho ou de promessa de trabalho e responda a um quadro de necessidades identificado previamente pelo país em termos de mão-de-obra", assinalou. A intenção do CHEGA de "clarificar" a respetiva posição sobre os imigrantes surge após o episódio de quinta-feira na Assembleia da República, quando os deputados do partido abandonaram o hemiciclo em protesto contra a intervenção política de Augusto Santos Silva, que acusaram de não ser isento e de não estar à altura das funções para as quais foi eleito, sendo mais um representante do PS no Parlamento.

PARECER DA TRANSPARÊNCIA: MORTÁGUA VIOLOU A LEI E O ESTATUTO DOS DEPUTADOS

O parecer da Comissão de Transparência é claro: Mariana Mortágua, ao ser remunerada pelos seus comentários políticos na SIC, violou a lei e aquele que é o estatuto dos deputados, no que diz respeito à exclusividade. Mas como era uma prática de outros deputados, não terá de devolver o dinheiro que recebeu.

O parecer aprovado, na quarta-feira, com a abstenção do CHEGA, na comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados não deixa margem para dúvidas: a Deputada Mariana Mortágua violou a lei. A dirigente do Bloco de Esquerda violou as regras que regulam o Estatuto dos Deputados, os seus deveres declarativos perante o Parlamento e até o Estatuto Remuneratório dos Titulares de Cargos Políticos (lei n.º 4/85, de 9 de Abril), ao ter recebido de forma indevida o abono suplementar referente ao exercício da atividade de Deputada a título de exclusividade. Mariana Mortágua, uma das mais feroces ativistas contra ilícitos de natureza económica, parece ter, assim, que enfrentar a justiça nos próximos tempos, visto que da sua conduta poderão estar em causa crimes de recebimento indevido ou de peculato. Recorde-se, efetivamente, que a justiça já deu os primeiros passos nesse sentido, tendo sido aberto inquérito no Ministério Público e uma investigação junto do Tribunal Constitucional.

SANTOS SILVA, O DITADOR, VETA NOVO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO CHEGA

Augusto Santos Silva continua a tentar bloquear o trabalho do CHEGA no Parlamento. Desta vez, e ao contrário do que é a prática parlamentar, recusou admitir um Projeto do CHEGA - que recomenda uma censura ao comportamento do presidente da AR - antes de ter um parecer da 1ª Comissão.

O Grupo Parlamentar do CHEGA foi notificado de um Despacho do Presidente da Assembleia da República impedindo a admissão imediata de um projeto de resolução do CHEGA, condicionando a admissão deste projeto a um parecer prévio da 1.ª Comissão. O partido liderado por André Ventura entende que esta recusa revela "que os tiques ditatoriais do Presidente da Assembleia da República se estendem para além da condução dos trabalhos plenários e se alargam à admissão de iniciativas legislativas ou políticas dos grupos parlamentares." O CHEGA acusa ainda Santos Silva de contradizer as suas promessas iniciais "que, quando eleito, disse que ouviria todos os quadrantes políticos e não recorreria a vetos senão em pontualíssimas exceções" verificando-se agora que se tornou "recorrente no uso do veto, da censura e da parcialidade política contra a oposição ao Governo e, em particular, contra o Grupo Parlamentar do CHEGA, o terceiro maior deste Parlamento."



No comunicado, o CHEGA sublinha que "esta conduta é inconstitucional, ilegal e sobretudo violadora do espírito de harmonia político-partidária que deve nortear o trabalho do PAR".

"Santos Silva não tem condições de continuar como segunda figura do Estado português", venceu o CHEGA. O Partido de André Ventura anunciou que este novo veto irá ser acres-

centado "à lista que o líder do Partido levará à audiência extraordinária com o Sr. Presidente da República, que terá lugar na próxima sexta-feira às 15h30 no Palácio de Belém."



CHEGA QUER SABER SE O GOVERNO MANIPULA OS DADOS DO RASI

O Grupo Parlamentar do CHEGA quer uma comissão parlamentar de inquérito ao Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) por considerar que os dados que são divulgados, de decréscimo da criminalidade, não são coerentes com as notícias que todos os dias são publicadas de situações de violência.

O CHEGA vai propor uma comissão parlamentar de inquérito ao Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) e quer que o parlamento investigue se o Governo "tem tido interferência" nos dados que são divulgados, dos quais o partido diz desconfiar. "Vamos pedir ao parlamento que faça uma investigação e, portanto, lançaremos uma comissão de inquérito sobre os RASI que têm vindo a ser publicados, porque esta ideia que todos os anos é publicada de que a crimina-

lidade diminui não é consistente com as notícias que todos os dias nos chegam a casa", anunciou André Ventura numa conferência de imprensa na sede do partido, em Lisboa. O presidente do CHEGA indicou que esta comissão de inquérito "terá como objeto a investigação sobre a produção dos dados da criminalidade em Portugal, portanto dos vários relatórios do RASI" da "última década". O partido quer que sejam identificados "os seus autores, a metodologia

utilizada e a sua divulgação", investigando também "se o Governo tem tido alguma interferência na produção destes relatórios ou não". "Nomeadamente qual é o papel que os vários ministros da Administração Interna têm tido na produção destes relatórios e se tem ou não havido indícios de manipulação sobre isto", acrescentou Ventura. De acordo com o líder do CHEGA, a proposta da constituição de uma comissão de inquérito vai ser entregue na Assem-

bleia da República "até sexta-feira". Falando aos jornalistas depois de ter estado reunido com o Sindicato Nacional da Polícia e o Sindicato Unificado de Polícia, o presidente do CHEGA disse desconfiar "profundamente" dos dados que são apresentados quanto à criminalidade em Portugal e argumentou que vê também "sistematicamente a população a desconfiar destes relatórios", mas ressalvou não querer "lançar suspeitas infundadas sobre nenhuma entidade".



BOMBEIROS PAGAM PORTAGENS PARA IREM APAGAR FOGOS

Os veículos de transporte de doentes não urgentes continuam a pagar portagens. O mais grave é que são também utilizados para transportar bombeiros que vão render os colegas no combate a incêndios e, apesar disso, são também obrigados a pagar portagens.

A Liga dos Bombeiros Portugueses (LBP) lamentou, na terça-feira, que as viaturas de transporte de doentes não urgentes, utilizadas nas últimas semanas para transporte de bombeiros para os maiores incêndios, tivessem pago portagens. Numa nota enviada à Lusa, a LBP dá conta de "uma situação absurda vivida pelos bombeiros nas últimas semanas", em que têm de "pagar portagens para ir apagar fogos". Segundo a LBP, as corporações de bombeiros servem-se dos veículos dedicados ao transporte de doentes não urgentes para fazer a rendição dos bombeiros para os locais dos maiores incêndios, mas "têm de

O CHEGA apresentou uma proposta, em sede de Orçamento de Estado, que previa a isenção de pagamento das portagens por parte dos veículos dos bombeiros, mas o PS e o BE chumbaram a iniciativa, contando com a abstenção do PSD e do PCP

pagar as portagens nas autoestradas já que essas viaturas não beneficiam de portagens gratuitas". A Liga lamenta que as associações não são ressarcidas desta despesa, considerando que "é mais um custo que têm que suportar e que podia ser evitado".

"A utilização dos veículos dedicados ao transporte de doentes para esse efeito foi um dos muitos argumentos apresentados pela LBP à Brisa e ao secretário de Estado das Infraestruturas para o direito a portagens gratuitas. Esses argumentos infelizmente não tiveram até agora ganho de causa", precisa a Liga. A LBP explica que os veículos dedicados ao transporte de doentes não urgentes têm como função principal "o transporte de doentes para tratamentos, consultas e outros atos, mas também são um recurso importante para a evacuação de populações em risco e, neste caso, para transportar bombeiros para os vários teatros de operações".



CAOS NA SAÚDE JÁ MATOU DOIS BEBÉS EM APENAS UM MÊS

Uma mãe de 41 anos, e com uma gravidez considerada de risco, teve de percorrer mais de 100 quilómetros para chegar a um hospital que tivesse o serviço de urgência obstétrica a funcionar. Quando lá chegou, o bebé já tinha morrido. Este é o segundo caso no espaço de cerca de um mês.

Uma mulher grávida com 41 anos, cuja gravidez era considerada de risco, perdeu o bebé na passada quarta-feira, quando se dirigia ao Hospital Distrital de Santarém, uma unidade hospitalar localizada a mais de 100 quilómetros e a cerca de uma hora da sua casa. Isto porque o Hospital de Santarém era o mais próximo que tinha o serviço de urgência de obstetria a funcionar. Uma suspeita de início de trabalho de parto fez com que a mulher, residente em Vila de Rei e que era seguida em Abrantes, tivesse de ir parar àquela unidade hospitalar, uma vez que o serviço de Urgência de Ginecologia e Obstetria do Centro Hospitalar Médio Tejo se encontrava encerrado, não estando a receber doentes. Quando a mãe chegou finalmente ao Hospital de Santarém já não havia nada a fazer, pois o bebé já tinha morrido. Esta situação, recorde-se, ocorre depois de, há cerca de um mês, uma outra mulher ter também perdido o seu bebé no Hospital das Caldas da Rainha, por falta de obstetras.

BOMBEIROS DA MARINHA GRANDE QUEIXAM-SE DA FALTA DE MEIOS

O partido CHEGA já tinha alertado que situações destas poderiam ocorrer e até propôs, em sede de Orçamento de Estado, um reforço das verbas para os bombeiros consertarem ou adquirirem autoescadas para garantir o socorro à população.

A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande queixou-se, na terça-feira, da falta de meios humanos e materiais, e lembrou que tem dois veículos florestais de combate a incêndios, um com 36 e outro com 39 anos. "O voluntariado tem vindo a diminuir e temos muita dificuldade em atrair jovens para a escola de recrutamento. Quanto ao parque de viaturas, está muito envelhecido, mercê do subinvestimento nesta área ao longo dos últimos anos", afirmou à agência Lusa o presidente da associação, Pedro Franco. Numa carta aberta que tem como destinatários o ministro da Administração Interna, José Luís Carneiro, e o presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses, António Nunes, Pedro Franco salientou que a corporação tem "falta de recursos humanos" e



"necessidade de renovação" da frota. "Para que se saiba, temos um veículo florestal de combate a incêndios com 36 anos e outro com 39 anos. No total, são sete veículos, mais uma cisterna, com mais de 25 anos", lê-se na missiva, assinada por Pedro Franco, e que surge na sequência do programa na RTP 1 "É ou não é? O grande debate". Na carta aberta, a associação alertou que se houver outra ocorrência semelhante à de outubro de 2017, resta ter fé. No documento, o presidente da Associação Humanitária convidou as entidades competentes a visitarem o quartel para mostrar as dificuldades por que passa a corporação e que limitam a ação dos bombeiros no terreno, avisando que "em causa poderá estar o socorro a pessoas e bens".



PORTUGAL ESTÁ EM SECA EXTREMA

O CHEGA tem sido um dos principais partidos a alertar para o problema da seca e das suas consequências. Já em junho, o deputado Pedro dos Santos Frazão denunciava o que se está a passar com o Rio Tejo que, em algumas zonas, já se atravessa a pé. Esta preocupação tem sido escondida pela imprensa nacional.

O cenário de seca extrema que Portugal atravessa agrava-se de dia para dia, o que tem consequências a nível económico e ambiental incalculáveis, e cujos efeitos se fazem sentir de forma especial nas explorações agrícolas, nos incêndios e na diminuição de produção de energia hidroelétrica. Há mesmo locais do rio Tejo que já se atravessam a pé, não havendo memória de uma situação tão grave nos anos mais recentes. O CHEGA tem sido um dos partidos que mais tem alertado para este pro-

blema. Em junho, para além de divulgar o estado em que o rio Tejo se encontrava, o deputado Pedro dos Santos Frazão, que é responsável pela pasta da Agricultura na Comissão Parlamentar, denunciou a situação. Foi também o CHEGA que chamou a ministra da Agricultura ao Parlamento, precisamente por causa da seca e dos apoios prometidos aos agricultores em janeiro, que só em julho começaram a ser pagos a conta gotas, para além de ter apresentado iniciativas legislativas sobre esta matéria.

Embora o Partido de André Ventura tenha abordado o tema de diversas formas, não teve a mesmo destaque mediático de outros partidos, como foi o caso da Iniciativa Liberal, que chegou ao tema da seca no último fim-de-semana. De destacar ainda que, das cinco iniciativas legislativas que entraram até hoje na AR, relativas à seca, uma é do CHEGA. No entanto, até à presente data, a IL não tinha apresentado qualquer iniciativa nesta matéria.

DEMITEM-SE OS CHEFES DA URGÊNCIA DO HOSPITAL SÃO FRANCISCO XAVIER

Sem médicos para garantir as escalas do mês de agosto, os chefes de equipa do serviço de urgência do Hospital S. Francisco Xavier decidiram demitir-se, pois, garantem, com um assistente hospitalar e um interno é impossível garantir a capacidade de assistência e os cuidados necessários aos pacientes.

Os chefes de equipa do serviço de urgência do Hospital São Francisco Xavier anunciaram a demissão, numa carta enviada esta sexta-feira ao Conselho de Administração e à Direção do Serviço de Urgência Geral do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental (CHLO). Segundo a carta enviada por um grupo de assistentes hospitalares de medicina interna, a que a Lusa teve acesso, está em causa o planeamento da escala do mês de agosto, que prevê que a constituição das equipas do serviço de urgência geral seja assegurada apenas por um assistente hospitalar (com função de chefia) e um interno de formação geral. "Não estarão garantidas a capacidade de assistência e cuidados às pessoas que recorrem ao Serviço de Urgência Geral do CHLO, nem a segurança destas e dos profissionais que as assistem", lê-se na missiva. Os chefes de equipa do serviço de urgência frisam ainda que, tendo em conta o cenário que se prevê para agosto e "concretizando-se este planeamento e a constituição das equipas nele proposta, o grupo apresentará a sua demissão em bloco da função de chefia do Serviço de Urgência Geral, a aplicar a partir do mês de agosto".



Uma idosa de 80 anos, paciente oncológica, esteve três dias deitada numa maca no corredor das urgências do Hospital Santa Maria, em Lisboa, em observação. Filho da paciente garante que a octogenária esteve três dias sem que lhe fosse dada qualquer alimentação.

DOENTE ONCOLÓGICA DEIXADA À FOME TRÊS DIAS EM HOSPITAL DE LISBOA

Mariana Mata, doente oncológica de 80 anos, ficou três dias numa maca num corredor da urgência do Hospital Santa Maria, em Lisboa. A denúncia é feita pelo filho da doente que relatou que a mãe estava a fazer o segundo tratamento de quimioterapia, de uma série de quatro, para combater um tumor nos intestinos, quando se sentiu mal e foi encaminhada para as urgências.

"Ficou sem mexer os membros e deixou de raciocinar bem", contou ao Diário de Notícias o filho da idosa. Face ao exposto, os médicos suspeitaram que se tratasse de um AVC e encaminharam a octogenária para as urgências onde se constatou que não se tratava de um acidente vascular cerebral. No entanto, a doente teve que ficar em observação nas urgências para repor o potássio, que

se encontrava em níveis reduzidos. Aí começou o pesadelo que deixou a idosa traumatizada, pois esteve três dias e três noites deitada numa maca, num corredor das urgências onde a azafama era tal, com um movimento e ruído enormes, que não permitiam à doente ter o descanso que necessitava. Como se não bastasse, nestes três dias e noites, não lhe foi servida

nenhuma refeição, garante o filho. O hospital, contactado pelo Diário de Notícias, recusou comentar este caso, mas garantiu que "a doente, tal como todos os outros doentes, foi sempre alimentada e hidratada". O filho considera que este episódio deixou a mãe "traumatizada", provocando-lhe sentimentos como "o desânimo de viver" e a "recusa" de voltar aos tratamentos de quimioterapia.



COFRES DO ESTADO A ENCHER. RECEITA FISCAL, SUBIU 29,7% ATÉ JUNHO

Só nos primeiros seis meses deste ano, os cofres do Estado já arrecadaram quase 23 mil milhões de euros. A receita dos impostos diretos subiu 47%, enquanto a dos indiretos aumentou 20,5%. Já a receita obtida através do IVA registou um aumento de 26,9%.

A receita fiscal do Estado aumentou 29,7% até junho face ao mesmo período do ano passado, totalizando 22.980,2 milhões de euros, impulsionada pelo IVA, segundo a Síntese da Execução Orçamental divulgada quarta-feira.

A contribuir para esta evolução estiveram os impostos diretos, que registaram um crescimento homólogo de 47%, para um total de 9.009,9 milhões de euros, e os impostos indiretos, com um aumento homólogo de 20,5% para 13.970,4 milhões de euros. A receita do IVA atingiu os 10.052,3 milhões de euros no final do primeiro semestre, subindo 26,9% ou 2.131,6 milhões de euros.

Também a receita do Imposto de Selo (IS) subiu 10,9% face ao primeiro semestre de 2021 para um total de 959,7 milhões de euros.

No que toca aos impostos diretos, a DGO indica que a receita foi impulsionada pelo crescimento da receita do IRS em 614,2 milhões de euros (mais 12,3%) e do IRC em 2.216,3 milhões de euros (aumento de 231,1%), quando comparado com o período homólogo.

PAGAMENTOS EM ATRASO DAS ENTIDADES PÚBLICAS SUBIRAM

As entidades públicas continuam a aumentar o número de pagamentos existentes em atraso. Quando um cidadão particular se atrasa a pagar as suas obrigações é alvo de coimas. E quando são as empresas públicas que não cumprem?

Os pagamentos em atraso das entidades públicas fixaram-se em 835,2 milhões de euros no final de junho, um aumento de 2,4 milhões de euros face ao período homólogo, de acordo com a síntese de execução orçamental. "No final de junho os pagamentos em atraso das entidades públicas ascenderam a 835,2 milhões de euros,

o que representa um aumento de 2,4 milhões de euros relativamente ao período homólogo e um aumento de 135,6 milhões de euros face ao final do mês anterior", informa a Síntese da Execução Orçamental divulgada na quarta-feira pela Direção-Geral do Orçamento (DGO).

Segundo a síntese, para a evolução homóloga contribuíram, sobretudo,

o aumento registado nos Hospitais EPE, que representaram 7,1 milhões de euros, nas Empresas Públicas Reclassificadas, que representaram 4,8 milhões de euros, atenuado pela diminuição na Administração Regional (-11,7 milhões de euros).

Já a variação mensal foi, sobretudo, impactada pelos Hospitais EPE, com um aumento de 137,6 milhões de euros.



SE O GOVERNO NÃO FIZER NADA, PORTAGENS TERÃO UM AUMENTO SIGNIFICATIVO

O preço das portagens está indexado ao valor da inflação e, por isso, é certo que haverá um aumento significativo, pois a inflação está em valores recorde. Travar este aumento considerável está nas mãos do Governo, garante Pires de Lima.

O presidente da Brisa, empresa que gere as autoestradas, avisou que o aumento das portagens no próximo ano deverá ser "significativo", já que a subida dos valores está indexada à inflação que se vai registar em outubro.

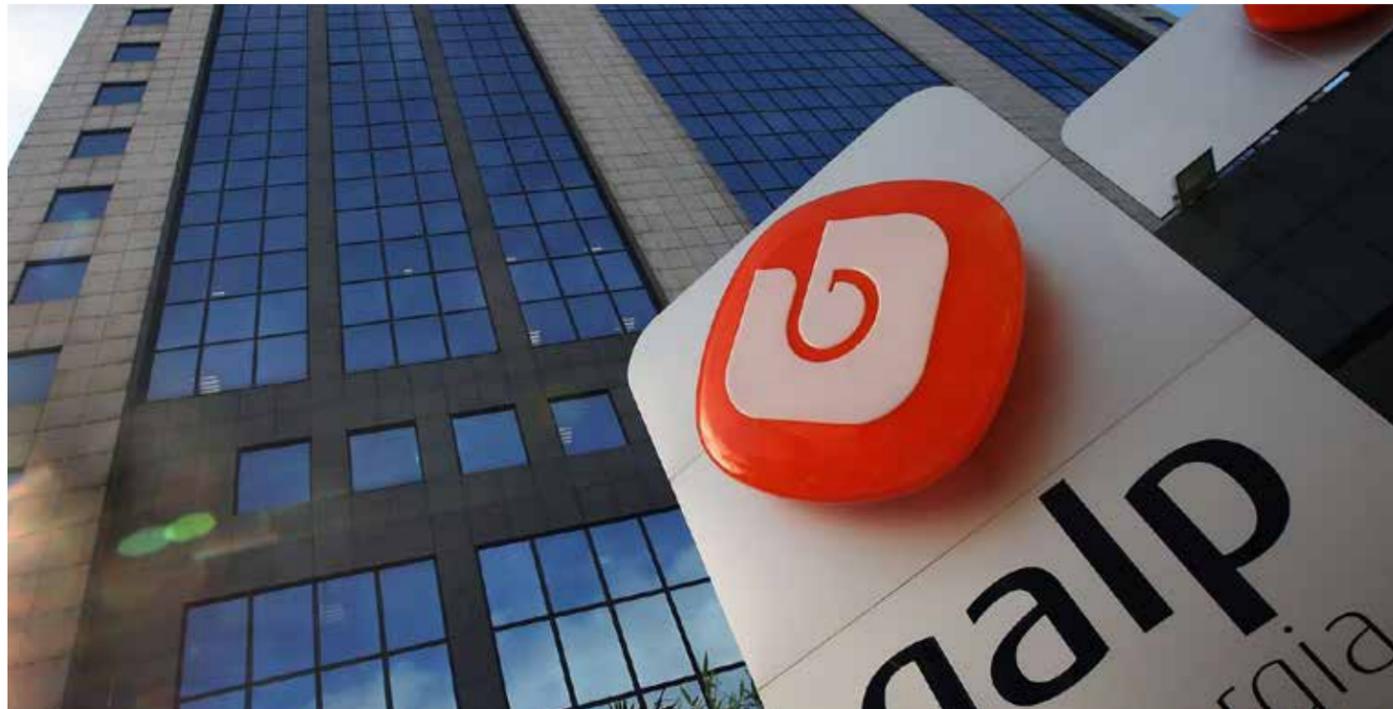
"É o indicador de inflação em outubro que vai determinar o valor das portagens, portanto, deverão aumentar e

com algum significado no próximo ano, a não ser que o Estado mostre abertura para encontrar mecanismos que compensem a Brisa desse aumento e o possa diluir no tempo, ou incluí-lo no grupo de trabalho de renegociação da concessão", disse Pires de Lima.

Em entrevista à Antena 1 e ao Jornal de Negócios, o antigo ministro da Economia apontou que, "se o Esta-

do não fizer nada, o aumento será aquele que corresponde à inflação". Na mesma entrevista, o também presidente do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável argumentou que o aumento do preço dos combustíveis devia ter sido aproveitado para fomentar a transição energética. O antigo governante do CDS-PP

defendeu ainda a possibilidade de substituir parte do imposto sobre o lucro das empresas (IRC) por um aumento do imposto sobre os impactos ambientais das empresas, considerando ser um "caminho a favor da sustentabilidade e permitiria às empresas que têm lucros e que são neutras do ponto de vista carbónico não serem tão penalizadas".



A CRISE NÃO É PARA TODOS. LUCROS DA EDP, JERÓNIMO MARTINS E GALP SUBIRAM ESTE ANO

A inflação recorde que os portugueses sentem na carteira não é sentida da mesma forma por todos. Só a Galp registou um aumento nos lucros de mais de 150%. Já a Jerónimo Martins, dona do Pingo Doce, subiu os lucros em 40% e a EDP Renováveis em 87%.

As informações enviadas pelas empresas à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários mostram um incremento dos lucros nos primeiros seis meses deste ano. A EDP Renováveis teve 265 milhões de euros de lucros no primeiro semestre deste ano, mais 87% do que nos mesmos meses de 2021. Já a Jerónimo Martins, dona do Pingo Doce, registou lucros líquidos de 261 milhões de euros, o que

representa um crescimento de 40,3% face ao período homólogo. No caso da Galp, os lucros subiram 153% no primeiro semestre deste ano, tendo como comparação os primeiros seis meses do ano passado, uma subida que se traduz em lucros na ordem dos 420 milhões de euros. Segundo a empresa, estes resultados ficam a dever-se a um "desempenho operacional robusto". Quanto aos resultados antes de

impostos, juros, depreciações e amortizações (o EBITDA) no caso da EDP foram de 976 milhões de euros, mais 49% do que nos primeiros seis meses de 2021, "como resultado do forte desempenho ao nível de receitas". A dona do Pingo Doce apresentou um EBITDA de 851 milhões de euros (19,1%), enquanto a Galp registou um aumento de 97%, que se traduz em 2.114 milhões de euros.



MÁS NOTÍCIAS: EUA ENTRARAM EM RECESSÃO TÉCNICA

A maior economia do mundo está, oficialmente, em recessão técnica, apenas um dia depois de a Fed ter levado a cabo uma nova subida dos juros numa tentativa de controlar a inflação que, tal como em Portugal, também nos Estados Unidos se encontra em máximos de várias décadas.

A economia dos Estados Unidos recuou 0,9% entre abril e junho, em ritmo anualizado, registando uma queda no Produto Interno Bruto (PIB) pelo segundo trimestre consecutivo, indicou, na quinta-feira, o Departamento do Comércio. No primeiro trimestre, o PIB norte-americano tinha registado uma contração de 1,6%, de acordo com os dados divulgados.

Estes dados indicam que a primeira economia mundial estaria a entrar em recessão técnica, que é definida por dois trimestres consecutivos de crescimento negativo, mas esse cenário tem sido afastado pela administração norte-americana e por vários economistas, que consideram que a economia não está necessariamente em recessão devido a outros indicadores mais favoráveis.



BANCOS REDUZIRAM MAIS DE 3 MIL TRABALHADORES EM APENAS UM ANO

Os bancos que operam em Portugal reduziram mais de 3.000 trabalhadores e fecharam mais de 350 agências entre 2020 e 2021, em ambos os casos "os decréscimos mais acentuados desde 2016", informou, na quinta-feira, o Banco de Portugal (BdP). "O número de agências e o número de trabalhadores [...] continuaram a evidenciar o ajustamento iniciado por volta de 2010, quer na atividade do-

méstica, quer na internacional", refere o BdP na atualização das séries longas do sistema bancário português. Segundo o BdP, em 2021 havia um total de 58.859 trabalhadores nos bancos que operam em Portugal, menos 3.027 do que em 2020 e o número mais baixo desde 1990. Em Portugal trabalhavam 43.726 colaboradores em 2021, menos 2.163 do que os 45.889 de 2020 e também o

número mais baixo desde o início da série. O valor mais alto foi atingido em 1995, com 61.885 trabalhadores. À atividade externa dos bancos estavam afetos 15.133 trabalhadores em 2021, contra 15.997 em 2020 - o valor mais baixo desde 2005. Em termos de agências em Portugal, os bancos tinham 3.530 em 2021, menos 297 do que as 3.827 que existiam em 2020 e o valor mais baixo desde 1993.

O maior número de balcões em Portugal foi atingido em 2010, com 6.453 balcões. Recordando que, "entre 2011 e 2017, a rentabilidade do setor tinha sido negativa, com exceção de 2015, ano em que foi virtualmente nula", o banco central nota, contudo, que "os resultados verificados nos últimos quatro anos (entre 0% e 0,5% do ativo) estão abaixo dos observados antes do início da crise financeira internacional, em 2008 (entre 0,5 e 1% do ativo).

BOLSONARO CANDIDATA-SE CONTRA O "COMUNISMO" DE LULA DA SILVA



Jair Bolsonaro é oficialmente candidato à reeleição nas eleições de 02 de outubro. O Presidente brasileiro diz que se candidata contra o "comunismo" do ex-Presidente Lula da Silva.

Jair Bolsonaro assumiu a candidatura às eleições presidenciais de 02 de outubro durante a convenção do Partido Liberal que reuniu cerca de 10 mil apoiantes, majoritariamente vestidos com as cores da bandeira do Brasil. No evento no pavilhão desporti-

vo do Maracanazinho no Rio de Janeiro, terra natal de Bolsonaro, marcaram presença vários ministros do Governo e figuras políticas, como o ex-Presidente Fernando Collor de Mello, o ex-jogador de futebol e senador Romário, o presi-

dente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e ainda a dupla sertaneja Mateus e Cristiano que cantou o hino da campanha. O general de reserva do exército Walter Souza Braga Netto foi também confirmado como o candidato a vice-Presidente.

Bolsonaro deu a primeira palavra à sua mulher Michelle, que numa mensagem com um tom altamente religioso, recordou o ataque de que Bolsonaro foi vítima há quatro anos e elogiou as qualidades do seu marido, do qual ela disse que "é o escolhido de Deus" para liderar o Brasil. Bolsonaro criticou a política do "ficar em casa" durante a pandemia, acusando governadores e prefeitos de terem retirado liberdades à população brasileira: "Sentimos na pele o que é uma ditadura. Mas o tempo passa, as feridas cicatrizam". Numa alusão a Lula, sem referir o nome, os seus apoiantes apressaram-se logo a cantar: "Lula ladrão, seu lugar é na prisão".

"Esse cara", disse Bolsonaro referindo-se ao ex-Presidente brasileiro, quer "legalizar aborto, drogas" e impor a ideologia de género no país. Garantindo que tudo fará para "não ver sentado naquela cadeira um comunista", Bolsonaro disse que por causa das políticas de esquerda os seus vizinhos Venezuela, Chile e Argentina tornaram-se Estados falidos e pobres, alertando para o que acontecerá caso Lula vença.

"Nós somos a maioria, nós somos todos do bem. Nós temos a disposição para lutar pela nossa liberdade, pela pátria. Convoco todos vocês agora para que todo mundo, no 07 de setembro, vá as ruas pela última vez", disse.



APPLE, MICROSOFT, AMAZON E GOOGLE COMPRARAM OURO ILEGAL EXTRAÍDO NA AMAZÓNIA

Uma investigação jornalística, publicada pelo portal Repórter Brasil, denuncia a extração ilegal de ouro da Amazônia brasileira. Ouro estará a ser usado em computadores da Apple e da Microsoft e em servidores do Google e da Amazon.

Parte do ouro extraído ilegalmente de terras indígenas brasileiras está a ser usado em computadores da Apple e da Microsoft, bem como em superservidores do Google e da Amazon, segundo uma investigação jornalística publicada pelo portal Repórter Brasil. Documentos obtidos pelo portal revelaram que estes gigantes da tecnologia compraram, em 2020 e 2021, ouro de diversas refinadoras, entre elas a italiana Chimet (investigada pela Polícia Federal brasileira por ser destino do minério extraído ilegalmente da terra indígena Kayapó) e da empresa Marsam (cuja fornecedora é acusada

pelo Ministério Público Federal de provocar danos ambientais devido à aquisição de ouro ilegal). A extração mineira em terras indígenas brasileiras viola a Constituição do país, apesar dos esforços do atual Governo brasileiro, liderado por Jair Bolsonaro, para a legalizar. Segundo o Repórter Brasil, a constatação de que as quatro empresas de tecnologia estavam a usar ouro ilegal extraído no Brasil ocorreu porque a Apple, Google, Microsoft e Amazon são obrigadas a enviar à Comissão de Valores Mobiliários dos EUA a lista dos seus fornecedores, não apenas de ouro, mas também de estanho,

tungsténio e tântalo, e foi nestes documentos que ficaram comprovados os negócios com a empresa brasileira e a italiana investigadas. Das quatro empresas citadas, apenas a Apple respondeu ao ser questionada sobre o caso, dizendo que os seus "padrões de fornecimento responsável são os melhores do setor e proibem estritamente o uso de minerais extraídos ilegalmente". Dois meses depois, a Apple garantiu ter removido a Marsam da lista de fornecedores. A Chimet, no entanto, continua como fornecedora. Já a Google, Microsoft e Amazon disseram que não comentariam, mas não negaram terem comprado à Chimet e à Marsam.

PANDEMIA COMEÇOU MESMO NO MERCADO CHINÊS DE WUHAN

A conclusão é de dois estudos divulgados esta semana que dão como garantido que a pandemia de covid-19 começou no mercado da cidade chinesa de Wuhan.

Dois estudos divulgados esta terça-feira concluem que a pandemia de covid-19 começou no mercado da cidade chinesa de Wuhan, apontando como causa provável do vírus uma origem animal. O primeiro estudo é uma análise geográfica que mostra que os primeiros casos, detetados em dezembro de 2019, estavam concentrados naquele mercado. Já o segundo é uma análise genómica do vírus dos primeiros casos, mostrando que é muito improvável que o vírus tenha circulado amplamente entre humanos antes de novembro de 2019. Um dos autores destes estudos, Michael Worobey, considera "que não é plausível que o vírus tenha sido introduzido de outra forma que não seja através do comércio de animais no mercado de Wuhan". Já Kristian Andersen, também co-autor destes estudos, realçou que apesar de não ter sido refutada a teoria da fuga de um laboratório, é importante "entender que há cenários possíveis e outros prováveis". Os cientistas alertam que é importante entender de onde vieram os animais vendidos no mercado de Wuhan, para minimizar riscos futuros.

OPINIÕES

QUE CONTAM!

AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E A GESTÃO DOS SEUS IMPACTES

O Mundo actual vive momentos em que os riscos globais provocados pelas Alterações Climáticas, que vão semeando catástrofes em diversas regiões e que durante vários anos foram considerados entregues aos cuidados da pressuposta competência de técnicos e cientistas, apontam agora para uma estratégia baseada pelo "princípio da precaução" que vai ganhando presença nos estruturas políticas e ambientalistas nacionais e internacionais. Isto porque é reconhecida a urgência de criar um sentimento geral de segurança e estabilidade que uma governos, pessoas e autoridades da sociedade civil, contra um risco partilhado globalmente em situação de incerteza.

Deve ser uma tentativa séria contra o risco de catástrofe global, gerada por uma gestão tecnológica suportada no princípio da precaução, indiferente às diferenças políticas, sociais e culturais, e que secundarize outras tipologias de desafios e confrontações.

Ou seja, garantir um debate que secundarize o silencioso monopólio dos técnicos das várias artes que definiram e governaram os procedimentos que conduziram à situação de alarme crescente em que se encontra a Humanidade. Uma alteração envolta em novos riscos reais, designadamente o risco do peso dos medos a condicionar a transparência e urgência das soluções possíveis.

Não é de todo dispensável um diálogo mundial, gerador de uma opinião pública apoiada na sociedade civil transnacional em que estas questões permitam dar a conhecer o progresso da ciência e da técnica do qual depende o desenvolvimento sustentado e a preservação das vidas e patrimónios dos povos.

É pois fulcral conseguir um condicionamento crítico através de processos políticos inovadores e decisões apoiadas pela adesão esclarecida da opinião pública, perante as soluções que visam hegemonias apoiadas no domínio de recursos como é o caso dos detentores das fontes de energias não renováveis, e que já tem anúncio de intenção dos produtores de recursos alimentares escassos, são exactamente o contrário de uma política de preservação dos interesses comuns, repudiada em favor do transitório proveito de muito poucos.

Os recursos científicos e técnicos ao dispor dos governos, mas também de poderes económicos, não deverão continuar a ser usados à distância da opinião pública desinformada, antes será de esperar que o debate público, a concertação, e a intervenção responsável das representações políticas e ambientais, definitivamente consigam despertar a convicção activa de que se trata de uma ameaça que envolve a totalidade dos povos, e a própria Terra.

Já se prevê o surgimento das "conferências do consenso" destinadas a fazer convergir a responsabilidade das capacidades técnicas e ambientais ao serviço da decisão final política.

Que o "princípio da precaução", na gestão dos riscos, se converta numa directiva prioritária das sedes políticas às quais cabem as decisões finais... é uma exigência do Terra que se revela inadiável!

Dele dependemos completamente, uma vez que a partir dele evoluímos, permanecendo sua parte para sempre, e apenas existimos por cortesia do auto-sustentável Sistema Terra, por isso devemos cuidar dela como cuidamos dos nossos próprios filhos.

Pensemso nisto...



LUÍS FERNANDES
ASSESSOR POLÍTICO DO
PARTIDO CHEGA

A PATRANHA DE PORTUGAL COMO UM DOS PAÍSES MAIS SEGUROS DO MUNDO

O ministro da Administração Interna, José Luís Carneiro, defendeu ontem que: "para se ter uma pequena ideia, nós temos em Portugal 442 polícias por 100 mil habitantes, no caso de Espanha, há 369 polícias por 100 mil habitantes, em França 322 polícias por 100 mil habitantes, na Alemanha 301". Quiçá tenhamos mais polícias do que os nossos congéneres porque não somos um dos países mais seguros do mundo, como o infame Eduardo Cabrita, múltiplos meios de comunicação social e comentadores do sistema afirmaram ad nauseam nos últimos anos.

Todos os anos é publicado o Global Peace Index (GPI), produzido pelo Institute for Economics and Peace (IEP), procurando classificar 163 Estados de acordo com seu nível de paz. Ora, governantes, meios de comunicação social e comentadores desonestos usam e abusam deste índice para inculcarem a falaciosa ideia de que Portugal é um dos países mais seguros do mundo. Patranha que urge desmontar, dado que confunde positivamente dois conceitos totalmente distintos: paz e segurança. Uma mentira repetida muitas vezes não pode tornar-se verdade.

Efetivamente, aceitando a metodologia adotada pelo IEP, Portugal é um dos países mais pacíficos do planeta, o que não implica ser também um dos mais seguros para o cidadão. Não obstante ter caído neste índice, estando, de acordo com atualização de 2022, em sexto lugar (1). Contudo, o mito do "terceiro país mais seguro do mundo" entrou no senso comum. No interior do seu edifício maquiavélico, governantes, meios de comunicação social e comentadores utilizam sistematicamente este índice para manipulação da opinião pública. Verifica-se abusivo e desonesto afirmar-se que Portugal é um dos países mais seguros do mundo com base neste índice. Não é, como se verificará adiante.

O mesmo instituto publica também o Safety Perceptions Index (SPI), procurando classificar os Estados de acordo com a percepção de segurança (2). Neste índice, Portugal surge na 105.ª posição de 141.ª. Isto é, segundo o índice que procura medir a paz e é depois instrumentalizado por gente desonesta e sem escrúpulos para manipular a opinião pública, Portugal surge em sexto lugar. Já segundo o índice que procura medir a percepção de segurança, Portugal surge muito próximo do fim da tabela. Em que ficamos, paz ou segurança? Não é despicendo referir que o conceito de segurança é multidimensional, entre segurança alimentar, pessoal, financeira, saúde, trabalho e outras. Os arquitetos do mito da segurança portuguesa nunca especificaram a qual dimensão de segurança se referiam.

Estabelecida a distinção entre paz e segurança, promovida pelo próprio instituto que produz informação posteriormente mastigada e enquadrada por meios de comunicação social, governantes e opinantes do sistema com vista à criação de determinada narrativa, importa referir que, segundo o Eurostat e sublinhando que tem por base apenas os delitos reportados à autoridade, Portugal é o terceiro Estado da União Europeia (UE) com mais assaltos (3). Sim, o "terceiro país mais seguro do mundo" é também o terceiro com mais assaltos na UE.

Consequentemente, o povo continua a ser vítima da criminalidade galopante mascarada por interpretações estatísticas à medida, seguindo indefeso e impotente, mergulhado na lama comunicacional que governantes, comunicação social e comentadores arditamente preparam, dizendo-lhes que a insegurança que sentem diariamente é fruto da imaginação, dado que somos o "terceiro país mais seguro do mundo". Sem decoro, acusam de populistas aqueles que exigem mais meios para as forças de segurança pública, os tais que demandam penas mais severas para violadores, pedófilos e assassinos e exigem controle de quem entra e sai do país.

Dizer-se que Portugal é um dos países mais seguros do mundo é mais que uma patranha, é criminoso. Fazer-se comparações bacocas com os nossos congéneres europeus em matéria de recursos humanos das forças de segurança comparando o incomparável - é mais que ridículo, é circense.



JORGE HUMBERTO PINTO
ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO